

INCLUSÃO ESCOLAR: O DESAFIO DOS PROFESSORES FRENTE ÀS QUESTÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS.

Alexandra Ribeiro Malafaia

Acadêmica do Curso de Pedagogia – UNIPTAN

xanda-185@windowslive.com

Jéssica Menezes de Paula

Acadêmica do Curso de Pedagogia – UNIPTAN

jessica08_svm@yahoo.com.br

Resumo

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiência e seus familiares, educadores e políticas públicas vigentes na busca dos direitos e lugar na sociedade. O adjetivo inclusão é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência. Para discorrer sobre inclusão escolar, é preciso repensar o seu sentido e o que está atribuído a essa forma de educação. Além de conhecer as concepções sobre a temática e, se possível, ressignificar o processo de construção de toda pessoa com deficiência, enfatizando a paralisia cerebral, compreendendo a complexidade e amplitude envolvida. A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta no reconhecimento e na valorização da ideologia da diversidade, outro aspecto a ser considerado é o papel do professor, pois é difícil repensar sobre o que estamos habituados a fazer, além do mais a escola está estruturada para o trabalho com a homogeneidade e em tempo algum com a diversidade. Alguns os professores julgam-se incapazes de dar conta dessa demanda, despreparado e impotentes frente a essa realidade que é agravada, em muitos lugares, pela falta de material adequado, de apoio administrativo, de recursos financeiros e de infraestrutura. Para que o processo de inclusão escolar seja transformado, no sistema de ensino, deve-se levar em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

Palavras-chave: inclusão escolar, atuação docente, diversidade, paralisia cerebral.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da atuação dos profissionais na inclusão escolar, diante do processo de garantia de seus direitos e deveres para a igualdade e a socialização dos alunos portadores de deficiência na rede regular de ensino, fazendo-nos refletir a busca dessa qualidade de ensino, acolhimento e a acessibilidade para esses alunos. Uma sociedade que quer ser inclusiva deve repudiar o preconceito e preservar a integralidade perante todos, deve, por meio das escolas, promover essas mudanças, pois as instituições

educacionais são amplas e versáteis, podendo desconstruir vários paradigmas sobre esse preconceito.

O desafio dos professores frente às questões didático-pedagógicas relacionadas à inclusão escolar de alunos de uma escola pública municipal no estado de Minas Gerais, nos anos de 2016 e 2018 (foram analisados os avanços quanto à didática do professor; o aluno em sala de aula; interação do aluno/escola; currículo e a formação dos professores, desde a chegada na escola regular), apresentará uma vivência de como esses recursos são tão importantes e capazes de modificar a visão dos alunos, professores e comunidade escolar, sendo trabalhados de maneira prazerosa e significativa. Analisou-se como os usos das ferramentas didáticas que estão ao alcance do professor da rede pública municipal que atuou no 2º Período da Educação Infantil e atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com 2 alunos que possuem paralisia cerebral, para desenvolver e aprimorar uma melhor aprendizagem, através de uma coleta de dados com entrevistas.

Esses alunos com deficiência precisam de um olhar diferenciado junto às suas necessidades de aprendizagem, propiciando um atendimento mais integralizado e humano; sendo que os recursos didático-pedagógicos não são diferentes aos mesmos; a sua avaliação deverá ser feita segundo as suas limitações e respeitando cada indivíduo inserido na escola. Para a interação professor/aluno/família ocorrer, o professor precisa ser auxiliado pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), para contribuir adequadamente ao crescimento e desenvolvimento dessas crianças, portanto, é difícil repensar sobre o que estamos habituados a fazer, pois a escola está estruturada para o trabalho com a homogeneidade e em nenhum momento com a diversidade.

Diante das especificidades dos alunos com deficiência, caberá aos professores/monitores/equipe escolar transformar as suas metodologias de ensino, investigando de forma minuciosa a assistência adequada e relevante na construção do conhecimento.

Os professores julgam-se incapazes de encarar essa demanda, despreparados e inoperantes frente à realidade que os cerca, sendo agravado, por exemplo, a falta de material adequado, de apoio administrativo e recursos financeiros.

Para que o processo de inclusão escolar seja transformado, no sistema de ensino, deve-se levar em conta o sujeito aprendiz e não enfatizar mais as suas deficiências e limitações do que a capacidade de aprender.

1. Um breve histórico da educação especial no mundo

Sobre a educação especial, à primeira vista, referia-se as pessoas com alguma anomalia que eram designadas como alvo de críticas e ofensas, pois o convívio com os demais indivíduos das classes sociais, especialmente a elite, eram um fato que não aceitava naquela época. A história da educação especial começou a ser difundida na Europa e na América do Norte em meados do século XVI e XVII, onde nessa época as pessoas portadoras de quaisquer deficiências eram tratadas como indiferentes pessoas demoníacas e incapazes de conviver em sociedade, sendo assim ineducáveis, segundo “Miranda”, (2003, p.2):

Inicialmente é evidenciada uma primeira fase, marcada pela negligência, na era pré- cristã, em que havia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais.

Essa fase marcada pela negligência foi uma das épocas em que os deficientes mais sofreram com descaso, desrespeito e preconceito da sociedade em não saber lidar, pela falta de informações que não eram compreendidas.

Nos séculos XVIII e meados do século XIX, os deficientes dessa época eram segregados, ou seja, afastados e separados do convívio com as elites e as pessoas consideradas normais.

[...] pessoas com deficiências físicas e mentais continuam isoladas do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues. Surge o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, mas todas as instituições dessa época não passam de prisões, sem tratamento especializado nem programas educacionais. (LOPES, 2009, p. 18)

Nessa época amplia-se um pouco a ideia de que quaisquer pessoas que apresentasse comprometimentos físicos e mentais deveriam situar-se em lugares específicos, mas ainda não viam como integrantes do meio social.

Nos séculos XIX e XX, nessa época nasce um grande avanço, escolas e classes especiais públicas eram criadas oferecendo um ensino especializado na

mesma “[...] já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte [...]” (MIRANDA, 2003 p. 2). No final do século XX há uma mudança de tratamento em relação às pessoas com deficiência, observando uma possibilidade de integralizar essas pessoas em lugares de ensino regular.

Na fase de integração, esses alunos são inseridos em escolas de ensino regular, mas por mérito próprio têm de se adaptar aos espaços físicos e sociais das classes de ensino as quais foram inseridos, ou seja, deve partir dos alunos a adaptação à metodologia educacional, ao ambiente físico e social da escola. (MONTEIRO, 2008, p. 10 e 11)

A adaptação da pessoa com deficiência nos diversos âmbitos era difícil, desumana e inferior aos seus requisitos básicos de acessibilidade e aprendizagem. Sendo assim limitadas ao conhecimento, de maneira em que os alunos não interagissem uns com os outros, levados a aprenderem individualmente, sem nenhum acompanhamento e metodologias adaptáveis aos mesmos.

Compreende-se que ao passar dos séculos, houve na história da educação especial no mundo pequenos avanços significativos, mas existia-se ainda muito descaso com o deficiente.

1.1 A história da educação especial no Brasil

A educação especial no Brasil passou a ser discutida em meados da década de 1950, tornando uma preocupação para as instituições de cunho federal, governamental e municipal. O princípio da escolarização se organizou a partir de um atendimento em duas instituições especializadas de ensino, no que se afirma:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiências teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos Mudos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiências mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 10)

Em virtude da atuação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) houve um grande avanço em melhorias relacionadas ao gerenciamento das questões às pessoas com deficiência, mas sem ajuda de um órgão maior, o Estado.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial- (CENESP), responsável pela gerencia pela educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistencialistas e iniciativas isoladas do Estado.(Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p.11)

Ao longo da evolução das políticas públicas de educação especial no país foram surgindo grandes avanços importantes para a concepção de um ensino especializado para os alunos deficientes, na perspectiva de mudanças significativas e duradouras.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origens, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualidade para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condição de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208). (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p.11)

Assim, vêm se cumprindo as políticas públicas de consolidação sobre os avanços para aquisição dos direitos e deveres as pessoas com deficiência, assegurando-lhes perante a sociedade, com o exercício de Leis vigentes a uma conduta de atendimento educacional cada vez mais direcionado, em que mencionamos a lei orgânica do município de Minas Gerais em seu capítulo IV- da família, da educação, da cultura e do desporto:

Art. 160 – O dever do Município com a Educação será efetivado mediante garantia de: II – atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino, podendo também o município firmar convênios ou contratos com entidades sem fins lucrativos que se dediquem a este objetivo; III – atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, inclusive às crianças com deficiências. (Lei orgânica municipal, 2010, p.42)

Nesse tópico a ideia de escolarização para a educação especial estrutura-se como uma maior preocupação, mais abrangente, valorizada e significativa, mas havendo muitos desafios à frente.

1.2 Inclusão escolar

O termo “*Inclusão Escolar*” nos remete à igualdade e a socialização de todos portadores de deficiências, a comunidade escolar e os demais alunos em uma rede regular de ensino. “A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade”. (PEREIRA, 2008, p.1) sendo assim é de grande importância debater esse assunto, no qual, “a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade” (PEREIRA, 2008 p.1). A mesma nos remete as condições de cidadãos que devemos promover em nosso cotidiano promovendo uma filosofia de vida a todos os alunos.

A educação foi feita para abranger a todos (as) sem discriminação promovendo em seu meio a cidadania, a humanização e a socialização; constituindo-se assim um espaço rico de vivências e aptidões. “A escola inclusiva é aquela que educa a todos os alunos independentemente de suas necessidades e habilidades individuais educacionais [...]” (MONTEIRO, 2008, p.12). Ressalta-se que essa interação no âmbito escolar é muito rica para promover o respeito e a independência individuais de cada aluno no processo de ensino-aprendizagem.

1.3 Educação inclusiva no Brasil e suas legislações

A estrutura de uma ação significativa para retratar a Educação Inclusiva aconteceu, na década de 1990, com a Conferência Mundial Sobre Educação para Todos; em 1994, no governo da Espanha na cidade de Salamanca onde estiveram presentes representantes governamentais de 94 países. Lá foram instituídas ações para difundir as teorias e práticas inclusivas.

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos,

reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. ("Declaração de Salamanca, 1994").

Essa Conferência de marco mundial estabeleceu muitos objetivos positivos, para as práticas em solo brasileiro, reafirmando que a inclusão é melhor meio para se conhecer a diversidade.

A Declaração de Salamanca define a inclusão como reforma que apoia e acolhe a diversidade entre todos os alunos. Os seus objetivos consistem em eliminar a exclusão social que é consequência das respostas a diversidade relacionada com a raça, as classes sociais, a etnicidade, a religião, o gênero e a capacidade. No entanto, esta definição não é muito bem compreendida ou não é aplicada, " inclusão" não significa unicamente a colocação de crianças com deficiência em classe regulares, ao lado de seus colegas, elas deverão ter uma educação adequada e a oportunidade de se desenvolver, no seu máximo potencial. (LOPES, 2009, p.29)

Outras leis foram sendo criadas para dar suporte e garantir direitos e deveres a pessoa portadora de deficiência, esses direitos foram assegurados, como exemplos a LDBEN (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) no ano de 1996, onde faz referência o artigo 58, a seguir:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

E, também o artigo 59 da mesma lei, a saber:

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística,

intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O artigo 58 nos revela atendimento a PNEE com o auxílio de apoio especializado no qual podemos citar o AEE (Atendimento educacional especializado) e quando não houver integração os mesmos devem ser dirigidos a instituições da educação especial promovendo assim o seu direito a educação. O artigo 59 mostra que o educando tem todo o direito de receber da escola as articulações necessárias para o seu desenvolvimento, assim como a capacitação dos professores para atendimento especializado com o aluno incluso.

Em 2003, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) coloca em prática o Programa Educação Inclusiva com o intuito de promover a educação de forma mais qualificativa, significativa e garantia de acesso para os alunos, com os avanços no âmbito educacional aos professores e gestores da área.

[...] com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivas, promovendo um amplo processo de informação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 14)

Em 2004, o Ministério Público Federal comunica o documento que garante o ingresso de alunos portadores de deficiência na rede regular de ensino, trazendo assim garantias além da sua permanência, a sua acessibilidade e autonomia nas condições de um futuro melhor.

[...] o acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com ou sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. [...] o Decreto nº5.296/04 regulamentou as Leis nº10.048/00 e nº10.098/00, estabelecendo norma e critério para promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.[...] (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 14)

Em 2006, foi assegurado o acesso em todos os níveis de ensino de maneira inclusiva, sendo abordado em seus espaços o desenvolvimento das suas habilidades em todos os aspectos, sejam elas físicas e intelectuais de seus alunos de forma íntegra e digna, isso foi possível mediante a confirmação pela ONU - Organização das Nações Unidas que afirma:

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados – partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão [...] (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 15)

Em 2007, mais uma conquista se estabeleceu “é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE [...]” (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 15), em que apresenta uma construção de capacitação ao professores para trabalhar nessa área, recursos para acessibilidade, para o seu acesso e a permanência nas instituições, com isso os objetivos a serem alcançados são de extrema importância na perspectiva da educação inclusiva, vejamos alguns que garantem a sua evolução:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alta habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;

Atendimento educacional especializado;

Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escola;

Participação da família e da comunidade;

Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e

Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

(Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 19)

Atualmente, a educação é substancialmente indispensável para todos os seres humanos e por isso a construção de uma sociedade ao longo dos anos impõe transformações em questões de convívio. A continuidade por mais políticas públicas e leis que salienta o direito à pessoa com deficiência à inclusão escolar foi sendo atendida e melhor aperfeiçoada a cada ano de conquista, mas as lutas pela igualdade, a quebra de paradigmas, e o preconceito por parte da família e até mesmo pelas escolas em saber adaptar o seu currículo em prol de seus alunos, ainda se julgam muito difíceis, pois falta implementação de recursos financeiros.

2. A prática da inclusão nas escolas

O plano de inclusão de uma escola envolve diversos fatores específicos para a promoção da inclusão escolar, vão desde fatores como a legislação, a formação de professores, e a acomodação no âmbito escolar.

Os órgãos competentes que dão base a esses direitos da PNEE (Pessoas com necessidades educacionais especiais) são as Políticas de Educação Inclusiva no Brasil, logo abaixo seguem em ordem cronológica:

- a) 1988 – Constituição da República Federativa do Brasil
- b) 1989 – Lei nº 7.853/89
- c) 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90
- d) 1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos
- e) 1994 – Declaração de Salamanca
- f) 1994 – Política Nacional de Educação Especial
- g) 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96
- h) 1999 – Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89
- i) 2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE (Conselho Nacional de Educação) /CEB (Câmara de Educação Básica) nº 2/2001)
- j) 2001 – Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001
- k) 2001 – Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001
- l) 2002 – Resolução CNE (Conselho Nacional de Educação) /CP nº1/2002
- m) 2002 – Lei nº 10.436/02
- n) 2003 – Portaria MEC nº 2.678/02
- o) 2004 – Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular
- p) 2004 – Decreto nº 5.296/04
- q) 2005 – Decreto nº 5.626/05
- r) 2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
- s) 2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

- t) 2007 – Decreto nº 6.094/07
- u) 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- v) 2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- w) 2008 – Decreto nº 6.571
- x) 2009 – Decreto nº 6.949
- y) 2009 – Resolução No. 4 CNE/CEB
- z) 2011 – Plano Nacional de Educação (PNE)
- aa) 2012 – Lei nº 12.764

É necessário compreender a existência dos documentos mencionados acima, pois embasam uma questão que amparam a competência das pessoas com alguma deficiência; fazendo valer a voz, seus direitos e deveres, e oportunidades iguais a qualquer outro cidadão.

2.1 A formação de professores

A formação dos professores é uma das questões mais relevantes, que é referenciada nos documentos e políticas anteriormente citadas, pois é essencial para a inclusão educacional acontecer de uma forma abrangente; nesse contexto julgamos a realidade socioeconômica, cultural e social do Brasil, onde ainda faltam políticas públicas vigentes para a formação inicial e continuada do corpo docente.

O estudo das práticas pedagógicas realizado pelo professor deve ser visto de uma maneira processual, para contribuir com o seu desenvolvimento profissional. Um professor bem preparado estará apto a trabalhar com a diversidade do mundo contemporâneo em que vivemos, só assim pode-se contribuir para constituir uma democracia. Quando o professor consegue fazer, a diferença nos problemas do ensino propriamente dito, principalmente quando tem apoio e preparação para desempenhar essa função com os alunos especiais.

Ao mencionar diretamente em um currículo que atende a PNEE com dignidade, respeito e orientações sua preparação e capacitação é indispensável para melhor desenvolver sua metodologia com o aluno deficiente; nesse âmbito o professor intitula-se hoje desprovido de quaisquer mecanismos, por exemplo,

recursos metodológicos, jogos, cursos preparatórios, dentre outros, que possa atender seus anseios na sala de aula, fazendo com que o estudante também se sinta insatisfeito.

2.2 Acessibilidade

Quanto à acomodação desses alunos no contexto escolar é essencial refletir o meio no qual esse aluno vai viver e conviver com toda a comunidade, com base nessa designação, a acessibilidade é uma das prioridades a se cumprirem em uma escola. Ela é prevista pela Lei nº 10.098/2000, no artigo 2º, inciso I “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Ou seja, rampas de acesso, banheiros adaptados, piso tátil, bebedouros, espaços reservados na sala de aula, placas em braile e vaga de estacionamento. Promovendo assim o direito e a garantia do bem-estar da PNEE (Pessoas com necessidades educacionais especiais).

Destacamos o Programa Escola Acessível, que visa estruturalmente promover as condições necessárias da manutenção e da melhoria da infra-estrutura física e pedagógica da escola, fortalecendo assim todo o ambiente. Possibilitando a quebra de paradigma e atendendo o público-alvo.

3. Como os aspectos didático-pedagógicos podem contribuir para o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais

Na perspectiva de uma sociedade mais democrática e inclusiva em todos os níveis de ensino, é necessária uma profunda análise sobre os recursos didático-pedagógicos oferecidos nas escolas em uma esfera de que todos têm o direito sem qualquer discriminação (raça, cor, sexo, etnia e credo) a educação de qualidade e com recursos que os possam atender de maneira digna, competente e satisfatória.

Os aspectos didático-pedagógicos direcionados aos alunos especiais podem contribuir de maneira significativa para sua formação como cidadãos autônomos, para que possam ser capazes de interação, convívio social, críticos e autocriticos.

As atividades voltadas para o deficiente com Paralisia Cerebral, devem tentar proporcionar uma maior autonomia para o indivíduo portador dessa

deficiência. O aluno que apresenta esse diagnóstico, deve ser estimulado, a todo o momento, em todas as áreas: motora, oral, visual, auditiva e cognitiva. Devem ser feitas de maneira progressiva, mas sempre respeitando as limitações do aluno.

A estimulação motora pode ser feitas através de massa de modelar, recorte e colagem de revistas, trabalhar com texturas diferentes (áspero, liso, macio e duro), utilizar tintas e explorar as cores, jogos pedagógicos com peças maiores. É importante ressaltar que esses materiais devem ser concretos, os quais possibilitem uma maior interação, desenvolvimento, socialização e participação.

Quanto à estimulação oral, pode ser feita através de diálogos: com histórias que tenham início, meio e fim, assim, ampliando o vocabulário do aluno; com a utilização de fichas com símbolos diversificados, onde o mesmo aprenda.

A estimulação visual pode ser realizada através de fotografias, com a seriação de histórias e jogos pedagógicos (blocos lógicos, jogo da memória e recursos audiovisual).

Por sua vez; a estimulação auditiva deve propiciar ao aluno condições de ouvir sons diversificados (sons da natureza, alto, baixo e músicas com diversos ritmos). E; a área cognitiva deve ser estimulada com recursos que desenvolvam sua capacidade de raciocínio lógico, como jogos matemáticos (sequência numéricas, trabalhar com quantidades, jogo alinhavo, etc.), que contribuem para organização do pensamento.

Além disso, um recurso que pode ser explorado pelos profissionais que lidam, no dia a dia, com os alunos com paralisia cerebral são as altas tecnologias conhecida também como Tecnologia Assistiva (TA). As TAs são primordiais no avanço dessas crianças com paralisia cerebral, que se apresentam como *hardware* (equipamentos) e *software* (programas) adaptados e promovem uma série de atividades voltadas às pessoas com necessidades educativas especiais (PNEE). Essas tecnologias abrangem desde instrumentos mais simples como uma colher adaptada ou um lápis com empunhadura até aos equipamentos sofisticados de computador.

Essas estratégias multidisciplinares vêm facilitando à aprendizagem dos alunos, sua independência e futuramente a inclusão social.

4. Pesquisa de campo

A pesquisa desenvolvida está sendo em uma escola pública da rede municipal em uma cidade do estado de Minas Gerais localizada na região das vertentes. Em um estudo com dois alunos (gêmeos bivitelinos) com 7 anos de idade, M.S.T.M. e M.S.T.M. ambos possuem paralisia cerebral.

De acordo com o livro *Diretrizes de Atenção à pessoa com Paralisia Cerebral* estabelece a definição, diagnóstico e tratamento como:

A paralisia cerebral descreve um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuído a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa. Esta condição engloba um grupo heterogêneo quanto à etiologia, sinais clínicos e severidade de comprometimentos. No que tange a etiologia, incluem-se os fatores pré-natais (infecções congênitas, falta de oxigenação, etc.); fatores peri-natais (anóxia neo natal, eclâmpsia, etc.); e fatores pós-natais (infecções, traumas, etc.) (Piovesana et al., 2002). Os sinais clínicos da paralisia cerebral envolvem as alterações de tônus e presença de movimentos atípicos e a distribuição topográfica do comprometimento (Cans et al., 2007). A severidade dos comprometimentos da paralisia cerebral está associada com as limitações das atividades e com a presença de comorbidades (Bax et al., 2005). [...] (BRASIL, 2013, p. 10 e 11)

E, ainda.

A PC é uma condição bem reconhecida de alteração no desenvolvimento neurológico que se manifesta na primeira infância, usualmente antes dos 18 meses de idade. O diagnóstico é definido em bases clínicas, caracterizadas por alterações do movimento e postura, sendo os exames complementares utilizados apenas para diagnóstico diferencial com encefalopatias progressivas (Rosenbaum et al., 2007).

Pode ser mencionado também que

Apesar da importância do diagnóstico precoce e intervenção que possa se beneficiar de grande plasticidade cerebral nos primeiros meses de vida da criança, o diagnóstico de PC muitas vezes é consolidado por volta dos 24 meses de idade, principalmente em casos de gravidade leve, devido ao aparecimento de distonias transitórias, ou seja, sinais neurológicos que aparecem, mas não se mantêm. [...] (BRASIL, 2013, p. 21)

E,

[...] O tratamento deve centrar-se em objetivos funcionais identificados como relevantes pela pessoa com paralisia cerebral e por seus cuidadores de referência, nos diferentes contextos (escolar, domiciliar, etc.). O raciocínio clínico e a ação profissional devem pautar as ações terapêuticas, de forma que os procedimentos implementados sejam os mais adequados para atender as metas

funcionais. Os efeitos resultantes das terapêuticas devem ser sistematicamente analisados com reavaliações periódicas de modo a validá-las ou modificá-las, visando atender aos objetivos e metas traçadas (Mancini e Coelho, 2008; Fonseca e Mancini, 2008). [...] (BRASIL, 2013, p.52)

É indispensável o apoio familiar, quanto ao acompanhamento aos médicos e profissionais, para sanar quaisquer dúvidas, obter informações e aceitação da deficiência de maneira que indivíduo construa sua total inclusão social.

5. Entrevista e análise

Primordialmente a entrevista originou-se em conhecer como são os processos de inclusão na escola regular, nesta perspectiva foram entrevistadas 4 professoras, sendo duas do 2º período da Educação Infantil no ano de 2016, e duas do 2º Ano do Ensino Fundamental no ano de 2018, para perceber o desenvolvimento e avanços de dois alunos com paralisia cerebral. A ordem das respostas estão respectivamente ligada a menina M.S.T.M e ao menino M.S.T.M..

A primeira pergunta referiu-se em “quais eram / são as dificuldades com a didática em relação a esse aluno”; as respostas obtidas no ano de 2016 pela **Professora 1** - *foram que as dificuldades eram constantes pelo próprio comportamento e limitações que o aluno apresentava. A Professora 2 - não encontrou dificuldades didáticas nesse percurso, não possuía profissionais especializados, porém, a equipe pedagógica sempre deu apoio e abertura para que pudesse experimentar novas formas e buscar junto a equipe de saúde da APAE, (fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, etc) onde também atuou dando-lhe recursos e orientações.*

Destaca-se muito pertinente a resposta da **Professora 2**,

“Trabalhar há 15 anos, na educação especial, e há 8 anos, paralelamente, em sala de recursos, me deram bom suporte para receber o aluno inclusivo em uma sala de ensino comum. Penso que na pré-escola as atividades são mais lúdicas, há possibilidade de maiores adaptações, flexibilizações e variações de atividades, podendo atender melhor às necessidades do portador de deficiência.”

Constatando-se que um professor que trabalha na área possui suporte mais adequado para lidar com o portador de deficiência, a preparação é indispensável

para enfrentar as dificuldades, onde a mesma não encontrou dificuldades devido a tantos anos trabalhando com a educação inclusiva.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3** - ressaltaram que o aluno precisa de atendimento individualizado e maior tempo para a realização das atividades. Tem comprometimento motor por isso não escreve, assim, os conteúdos são trabalhados principalmente, de forma oral. Tem uma monitora que a acompanha, após ou ao mesmo tempo em que realiza com ela as atividades registra no seu caderno a tarefa dada e/ou conteúdo trabalhado.

A **Professora 4** - relatou a impossibilidade do aluno ao segurar um objeto inviabiliza uma atividade espontânea ou direcionada. É estimulado frequentemente, manuseando diferentes tipos de materiais, em situações diversas, para realização de atividades pedagógicas e desenvolvimento psicomotor.

Percebe-se nas respostas de ambas (Professoras 3 e 4), que o estímulo é importante para a progressividade do aluno, podemos entender que falta recursos de altas tecnologias, como por exemplo, a Tecnologia Assistiva que poderia proporcionar maior desempenho nas atividades.

A segunda pergunta referiu-se em “exemplificar alguns avanços do aluno durante seu tempo na sala de aula”; as respostas obtidas no ano de 2016 pela **Professora 1** - foram: na socialização com os colegas, professoras, monitoras e funcionários da escola. Demonstrou interesse por histórias, livros, pinturas, modelagens, desenhos em geral, algumas letras do alfabeto, números, figuras geométricas e cores; mas não apresentava boa fixação e nem boa coordenação, um avanço foi em apresentações teatrais, que fazia bem os seus papéis.

A **Professora 2** - ressaltou a elevação da autoestima, aumento dos laços de amizade (socialização) e comportamento adequado no convívio social no decorrer do ano letivo, também a melhora da sua capacidade de atenção e retenção dos conteúdos propostos e na comunicação com os demais.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3** - salientou que a socialização estimula a vencer desafios, fazendo se sentir cada vez mais capaz, a mesma conhece muitas letras do alfabeto, identificando vogais e consoantes. Distingue letras de números e símbolos e reconhece algarismos de 0 até 5, e conhece as cores, conta oralmente até 30. Demonstra bom entendimento nos conteúdos ciências humanas e da natureza, identifica os ambientes, profissionais e mudanças feitas na escola.

A **Professora 4** - observou o desenvolvimento de sua expressão, concentração, atenção e a capacidade de interagir com a sala de aula. Seu vocabulário está se enriquecendo, sua compreensão de instrução e ordens, bem como suas relações sociais com os colegas foram se aproximando ao esperado.

Nessa pergunta notamos que a socialização é sempre um ponto crucial para as outras relações no âmbito escolar.

A terceira pergunta referiu-se se “esse aluno frequentou/frequenta sala de recursos e se há na própria escola ou não”; as respostas obtidas, no ano de 2016, pela **Professora 1** - ressaltou que frequentou, mas não há na própria escola. A **Professora 2** - ressaltou que não frequentou e não há na própria escola.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3 e 4** - salientaram que não há sala de recursos na escola.

Viabilizamos que a sala de recursos é fundamental para o apoio pedagógico, e quando não existe, a um déficit de recursos metodológicos que possibilitariam um maior aprendizado por parte do aluno incluso.

A quarta pergunta referiu-se “se o mesmo possuía/possui interação com os colegas de classe e demais alunos da escola”; as respostas obtidas no ano de 2016 pela **Professora 1 e 2** - foram que possuía interação com os colegas, monitoras e demais alunos os quais se encontravam também na hora do recreio.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3 e 4** - ressaltam que ambos possuem uma boa interação e um relacionamento harmonioso com todos os colegas e funcionários da escola.

Contemplamos que ambos os alunos possuem excelente convívio com toda a equipe escolar.

A quinta pergunta foi “como foi recebido/recepção pelo aluno da classe e de toda a escola”; as respostas obtidas no ano de 2016 pela **Professora 1 e 2** - foram bem recebidos com carinho, atenção e cuidado. Estando os colegas prontos para ajudá-los.

Destaca-se muito pertinente a resposta da **Professora 2**,

“o aluno é cadeirante, não tinha controle para manter o pescoço ereto e babava, mas nunca o rejeitavam. Estavam ao seu lado a todo o momento, chamando-lhe atenção para que levantasse a cabeça, limpava-o a boca e levava aonde era preciso. No recreio, vivia rodeado de colegas conversando, cantando e brincando com respeito as suas limitações e dificuldades.”

Essa afirmação feita mostra-se que a interação e o convívio com os colegas é muito positiva, o aluno incluso passa a perceber que há pessoas que o entende as suas limitações.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3 e 4** - *ressaltam que foram bem recebidos pela turma e demais crianças da escola.*

Destaca-se muito pertinente o comentário da **Professora 3**, “Num primeiro momento, as crianças que não a conhecem, mostram-se curiosas com a sua condição/situação (usa um andador, pois tem comprometimento motor), mas não tem resistência em acompanhá-la e/ou estar junto.” O contato com o deficiente físico com outros alunos em uma escola regular é muito enriquecedor no fato de promover a cidadania desde cedo, pois todos tem seus direitos e deveres dentro de uma sociedade.

A sexta pergunta “se as atividades aplicadas e elaboradas eram/são adaptadas a esse aluno e quanto ao currículo destinado aos mesmos”; as respostas obtidas no ano de 2016 pela **Professora 1** - *salienta que as atividades eram elaboradas de modo geral para todos. O currículo seguia sem diferenciação para pessoas com necessidades educativas especiais, o que acontecia era que o professor procurava manter-se informado sobre o assunto da inclusão e junto com a monitora tentava adequar da melhor maneira possível as atividades desenvolvidas.* A **Professora 2** - *ressalta que tanto as atividades como o currículo foram adaptados à necessidade do aluno, como também a estrutura física da sala de aula.*

Destaca-se muito pertinente a resposta da **Professora 2**,

“Providenciamos apoio de pés e cadeirinha especial de chão para que o aluno participasse de todas as atividades, na altura dos colegas e não ficasse o tempo todo preso à sua cadeira de rodas. Adaptamos uma lousa na altura que o aluno pudesse escrever e também cartazes sensoriais, lápis engrossados, jogos pedagógicos, livros de histórias de banho ou tecido pois o aluno sempre levava tudo à boca. As atividades eram pensadas para que o aluno pudesse ter o maior proveito possível, com isso aumentou seu rendimento e interesse.”

Podemos notar que nesse mesmo ano obtivemos respostas opostas em relação ao currículo, onde a mesma possui experiência, como afirma acima no comentário da 1 questão.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3** - *ressalta que a aluna tem Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é uma adaptação*

pedagógica que a professora faz nas aulas, com atividades diferentes de acordo com o seu desenvolvimento. Usa-se com a aluna muito material concreto, fichas com números/letras/palavras/símbolos matemáticos, jogos pedagógicos, conteúdos trabalhados e avaliados; principalmente de forma oral. O currículo não é adaptado ao aluno, é elaborado pensando na turma. A Professora 4 - salienta que o currículo é adaptado às suas necessidades primordiais, sendo respeitadas suas singularidades e garantindo os conhecimentos a serem apropriados.

Percebemos que nas duas respostas, não há um currículo adaptado e sim uma adaptação feita pelo próprio professor com a sua metodologia em sala de aula, promovendo maior participação e interesse do aluno de inclusão.

A sétima e última pergunta referiu-se diretamente a formação do professor, se “julga importantes os cursos sobre a PNNE (Pessoas com necessidades educativas especiais), para melhor saber lidar com os alunos em classe”; as respostas obtidas, no ano de 2016, pela **Professora 1** - ressalta que a formação é *um ponto positivo para que o trabalho seja bem realizado*. A **Professora 2** - salienta que não só a falta de preparação específica dos professores para atuarem em salas inclusivas, como a falta de estrutura das escolas tanto físicas quanto pedagógicas dificultam muito o desenvolvimento e o relacionamento professor/aluno de inclusão. O professor deve estar em constante capacitação, mas só esses cursos não são o suficiente.

Destaca-se de extrema importância a resposta da **Professora 2**,

“Ainda hoje, a prática é bem distante do que é previsto por lei. Os alunos são inclusos no ensino comum para atender exigências legais, sem investimento na capacitação dos profissionais, em material e na estrutura da escola. A educação de qualidade e igualitária é um sonho cada vez mais distante.”

Observamos que é indispensável curso de formação/capacitação para os professores, existe um descaso com a inclusão por falta de políticas públicas vigentes.

As respostas obtidas no ano de 2018 pela **Professora 3** - salienta que o contato com teorias e práticas pedagógicas transforma/melhora o posicionamento do professor em relação à educação inclusiva. A **Professora 4** - julga a formação do professor continuada importante para estar preparada ao lidar com as questões do cotidiano, onde poderá oferecer uma aprendizagem diferenciada.

Destaca-se importante a resposta da **Professora 3**,

“Precisa-se do apoio dos gestores da escola e das secretarias de educação no oferecimento de monitores e/ou professores de apoio, cursos e capacitações, e a realização de um trabalho em parceria com a área da saúde e serviço social, visando uma equipe multidisciplinar.”

Podemos identificar que a importância de uma equipe que promova a inclusão escolar, é imprescindível para desenvolver de uma forma ampla e significativa para o portador de deficiência.

6. Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo “o desafio dos professores frente às questões didático-pedagógicas”, possibilitou uma aprendizagem rica e de fundamental importância para entender os possíveis recursos pedagógicos que podem ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem e inclusão no âmbito escolar.

De acordo com o tema da pesquisa, percebemos alguns aspectos que contribuem nas questões didático-pedagógicas entre escola/professor/aluno, dando ênfase na inclusão a PNEE (Pessoas com necessidades educativas especiais).

Inicialmente apareceu um breve histórico da educação especial no mundo, onde segue as etapas e desenvolvimento que essa educação sucedeu, resultando em uma adaptação que era difícil quanto a acessibilidade e aprendizagem. Em seguida um pouco da história no Brasil, onde ocorreu inúmeros acontecimentos, como por exemplo, instituições e políticas públicas em favor dessas pessoas na perspectiva de algumas mudanças significativas e um atendimento educacional direcionado.

O termo inclusão escolar nos mostra que a educação foi feita para abranger todos os alunos, sem discriminação alguma, promovendo a cidadania, humanização e socialização.

Quanto à educação inclusiva no Brasil e legislações, completamos que houve conferência, leis, programa, documento, convenção, plano e política em apoio a PNEE, em que se observa a ocorrência a adaptação, mas ainda é difícil por faltar implementação de recursos financeiros.

Apresentaram-se na pesquisa alguns órgãos competentes que dão base aos direitos dessas pessoas, enfatizando fazer valer a voz e oportunidades iguais a qualquer outro cidadão. Destaca-se também que a formação dos professores é essencial no processo de inclusão, mas que no momento o mesmo intitula-se desprovido de mecanismos que possa atender o aluno na sala de aula.

Há alguns aspectos didático-pedagógicos, direcionados aos alunos especiais em que se contribui para sua formação auxiliando na interação e convívio social.

Em relação à pesquisa de campo e entrevista, salientamos que foram obtidos resultados relevantes e satisfatórios para complemento do estudo e análise

Referências

BRASIL (Estado). **Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 8 nov.2017.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2010. 72 p.

Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 17p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

LOPES, Inês Aparecida de Oliveira. **A Inclusão Escolar na Esfera Pública: Concepções e Possibilidades de Concretização.** São Paulo, 2009. 120 p. Disponível em:<<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1132/1/Inez%20Aparecida%20de%20Oliveira%20Lopes.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial1:** História, deficiência e educação especial. 2003. 7 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Uberlandia, Uberlandia, 2003. Disponível em: <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MONTEIRO, Ana Carolina de Castro Carneiro. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, 2008, 49 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2621/2/20361248.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PEREIRA, M. M. (2008). **Inclusão Escolar:** Um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real/2284>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

BRASIL, 2011, 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9933-manual-programa-escola-acessivel&Itemid=30192>. Acesso em: 31 maio. 2018.

BRASIL, 2013, 82 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_paralisia_cerebral.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2018.